



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

Ata Nº 19/2016

Reunião Ordinária da Assembleia Municipal

Dezasseis de Junho de dois mil e dezasseis

----- Aos dezasseis dias do mês de junho de dois mil e dezasseis reuniu-se a Assembleia Municipal de Ribeira Brava, no edifício dos Paços do Município, sob a presidência de Horácio Ramos Ferreira, estando presente Teresa Maria da Côrte Gonçalves como primeira secretária. -----

----- Estiveram também presentes os seguintes deputados municipais: pelo Partido Social-Democrata: Lídia Mariana Teles Abreu, José Jorge Fernandes Ornelas, Jeannete Ferreira Santos, Carlos Ramos Andrade, Luís Gaudêncio Fernandes e José Gilberto Abreu Andrade; Pelo Partido Socialista: João Abreu Gomes, Fábio Nelson Faria Santos, e Graça Maria Fernandes Freitas; Pelo CDS/PP: Ilídio Faria Almada, Luís Alberto Almada Pestana, Adelina Maria Abreu Rodrigues, Manuela Jesus Gomes e Marco Nuno Correia Martins; Pelo PTP: Marco Nuno da Luz das Almas e como deputados independentes: João Luís Drumond Henriques e Domingos de Sousa Andrade. -----

---- Como representantes das Juntas de Freguesia estiveram presentes: João José Gonçalves (representante do Presidente da Junta de Freguesia do Campanário); Emanuel Higinio Fernandes (Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira Brava); Jorge Manuel Faria Santos (Presidente da Junta de Freguesia da Serra de Água) e Vítor Francisco Gomes de Abreu (Presidente da Junta de Freguesia da Tabua).-----

---- Estiveram ainda presentes o senhor Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Brava, Ricardo António Nascimento, o senhor Vice-Presidente Marcelino Jacinto Faria Pereira, a senhora Vereadora Maria Natália Abreu Rodrigues, o senhor Vereador Alano Aires Santos Gonçalves, o senhor Vereador Carlos José Gonçalves e o senhor Vereador Rafael João Figueira Sousa.-----

Faltaram a presente sessão os deputados Humberto Jorge Silva e Teresa Maria Abreu do PS e o senhor Vereador Rui Ramos Gouveia.-----

----- Pelas quinze horas e vinte minutos, o Senhor Presidente da Assembleia, verificando a existência de quórum, declarou aberta a sessão, para a qual tinha sido agendada a seguinte ordem de trabalhos:-----

---- Ponto um – Apreciação da suspensão do mandato da deputada Municipal Catarina Almeida, em conformidade com o disposto no artigo 52º, seção I, do Regimento da AMRB.-----

---- Ponto dois – Eleição do 2º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal da Ribeira Brava. -----

---- Ponto três – Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara e Situação Financeira, em conformidade



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

com o disposto no artigo 25.º, n.º2 alínea c) da Lei 75/2013, 12 de setembro.-----

---- Ponto quatro - Discussão e votação da Revisão ao Orçamento – Receita e Despesa, em conformidade com o disposto no artigo 25.º, n.º1, alínea a) da Lei 75/2013, 12 de setembro.-----

---- Ponto cinco - Discussão e votação da Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos, em conformidade com o disposto no artigo 25.º, n.º1, alínea a) da Lei 75/2013, 12 de setembro. -----

---- Ponto seis – Debate dos objetivos, propostas e estratégias de intervenção na área da Educação e Equipamentos Escolares para o ano de 2016/17 no concelho da Ribeira Brava, em conformidade com a alínea a) nº 3, artigo 15º da Secção II do Regimento da AMRB.-----

---- Procedeu-se à discussão da ata número dezoito de dezanove de maio de dois mil e dezasseis.-----

---- Colocada à votação, a ata foi aprovada por unanimidade. -----

---- A deputada Lídia Abreu do PSD, a deputada Manuela Gomes do CDS e o representante da Junta de Freguesia do Campanário, João José Gonçalves, não votaram devido à sua ausência na última reunião da Assembleia.-----

---- O Senhor Presidente da Assembleia esclareceu que em relação às publicações sobre as deliberações da assembleia municipal, até ao momento não foram publicadas pelo Jornal da Madeira, ainda que já tenham sido enviadas e pagas. -----

---- O Senhor Presidente da Assembleia informou a todos os presentes que caso a reunião se prolongue, haverá um intervalo pelas dezoito horas e quinze minutos. -----

Seguiu-se o período antes da ordem do dia, onde o deputado Marco Martins do CDS apresentou a proposta com o seguinte conteúdo: «Proposta de recomendação: Instalação do Espaço do Cidadão e Loja do Município no Município da Ribeira Brava.-----

---- Ex.mas Sras e Ex.mos Srs, O grupo parlamentar do CDS/PP na Assembleia Municipal da Ribeira Brava vem apresentar a seguinte **proposta de recomendação a apresentar a Câmara Municipal da Ribeira Brava para a instalação de um espaço do cidadão e loja do município no município da Ribeira Brava**, o que o faz nos seguintes termos: Os espaços do cidadão são uma iniciativa inovadora de atendimentos em balcão único, já se encontram a funcionar em diferentes pontos do país. Estes espaços têm como objetivo prestar um atendimento digital assistido ao cidadão na relação com a Administração Pública. Esta rede, coordenada pela Agência para a Modernização Administrativa (AMA), resulta da evolução do conceito do Balcão Multiserviços (BMS), tendo sido encarada como uma peça chave na estratégia do Governo para a modernização e simplificação administrativa. O espaço do Cidadão funciona como um balcão único que disponibiliza variados serviços de diversas entidades, onde o cidadão também beneficia de um atendimento digital assistido, que lhe permite conhecer as várias opções disponibilizadas pelos serviços *online*. A sua implementação é coordenada pela AMA em parceria com autarquias locais e os Correios de Portugal (CTT), entre outras entidades públicas ou prestadoras de serviços



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

desta natureza. Os novos Espaços do Cidadão inserem-se na iniciativa «Administração Aberta + Simples + Próxima», desenvolvida no âmbito das políticas de modernização e simplificação administrativa. O Espaço do Cidadão visa prestar um atendimento digital assistido, permitindo o acesso de cidadãos inflo-excluídos e contribuindo para a sua inflo-inclusão. Hoje estão em funcionamento mais de 25 novos Espaços do Cidadão, criados para simplificar procedimentos administrativos com a Administração Pública e reduzir a burocracia, e estão instalados de norte a sul do país, em locais de atendimentos próprios disponibilizados pelas autarquias e os CTT. Atualmente existe no edifício do Mercado Municipal da Ribeira Brava o Espaço Multimédia e Espaço Cultural, que funciona de segunda a sexta-feira, pelas 9h00 às 20h00 de forma contínua. Trata-se de um serviço que permite prestação de alguns serviços informáticos aos munícipes, mas limitados na sua oferta. Por outro lado, recentemente a Ribeira Brava candidatou-te e obteve aprovação para instalação de um Pólo de Emprego no concelho. Sobre estes último, recordamos que os Polos de Emprego foram criados e regulamentados pela portaria 184/2015, e surgiram com o objetivo de tornar os serviços públicos de emprego mais adaptados aos novos contextos e mais aptos a encontrarem respostas, prestando um acompanhamento próximo e personalizado aos desempregados em fase de inserção ou reinserção profissional, apoiando-os na procura ativa de emprego encaminhando-os para medidas de apoio ao emprego, qualificação e empreendedorismo. Tendo em conta este elementos, crê o CDS/PP que se trata de uma oportunidade para o Município avançar e apostar num novo espaço, possivelmente no próprio mercado municipal, que concentre os balcões para atender todos aqueles que precisam de tratar de assunto do Município, mas também dos serviços descentralizados da Administração Regional, como o caso dos polos de emprego, bem como os serviços disponibilizados pelo Espaço do Cidadão, o que se traduzirá numa importante economia de tempo e de recursos para as pessoas, para as empresas e para as instituições que, assim, comodamente, perto da sua zona de residência e/ou de atividade, resolvem com rapidez e eficácia vários assuntos de maior relevância. Não temos dúvidas que a construção de um concelho moderno, atrativo e com elevado indices de competitividade passa também, em grande medida, pela efetiva aposta na criação de serviços descentralizados que se aproximam dos cidadãos e facilitam a vida aos agentes do desenvolvimento local e regional. Esta lógica de agilização e facilitação de procedimentos permite aumentar e melhorar a capacidade de resposta às necessidades dos cidadãos, de otimizar a resposta aos processos que podem passar pelo pedido de licença de habitabilidade ou de uma planta topográfica, pelo pagamento de uma taxa, ou por questões no âmbito da ação social, com ganhos gerais para o Município e os seus Munícipes. Deste modo, o CDS/PP Madeira vem propor que a Assembleia Municipal da Ribeira Brava, no âmbito das suas atribuições, plasmadas no artigo 25º, nº2, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº75/2013, de 12 de setembro, que recomende que a Câmara Municipal da Ribeira Brava venha deliberar a instalação de um espaço do cidadão e loja do munícipe, que concentre em si todos os serviços



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

municipais, da administração regional e os serviços disponibilizados no Espaço Cidadão, no Município da Ribeira Brava.» -----

---- O deputado Marco Martins do CDS disse que esta proposta visa criar um espaço que servirá como complemento para ajudar a resolver pequenas situações do dia-a-dia dos cidadãos, como por exemplo fazer um pedido de alteração de morada, um pedido de registo, ou por exemplo um pedido de subsídio de morte; e que este espaço já existe fisicamente no atual Mercado Municipal da Ribeira Brava, sendo apenas necessário dar formação à funcionária e assim possibilitar prestar um melhor serviço para a população principalmente às pessoas mais idosas do concelho. -----

---- O deputado Gilberto Andrade do PSD interveio dizendo que esta proposta apresentada pelo CDS já consta no plano plurianual de atividades do concelho e que demonstra um excesso de zelo da parte do CDS dado que a assembleia já aprovou o orçamento. Acrescentou ainda que o PSD concorda com esta proposta e aconselhou o CDS a analisar primeiro o que já está a ser feito antes de apresentar. -----

---- O deputado Marco Martins do CDS referiu que o principal é servir a população e que se consta no plano de atividades então já deveria estar feito, até porque já decorreu dois anos do mandato. -----

---- O deputado Marco Almas do PTP questionou em relação às parcerias mencionadas na proposta, nomeadamente se há interesse no caso dos CTT, enquanto empresa privada. -----

---- O deputado Marco Martins do CDS respondeu que esta parceria deverá ser estabelecida a quem de direito, nomeadamente a autarquia, e que esta proposta é uma recomendação e portanto qualquer parceria que seja feita será sempre uma mais valia. -----

---- O deputado Fábio Santos do PS disse que não entende esta proposta, porque se o que se pretende é englobar vários serviços num único espaço, considera que o atual espaço do Mercado é espaço muito pequeno e apenas um funcionário será insuficiente. -----

---- O deputado Marco Martins do CDS disse que o que se pretende é ajudar as pessoas nos diversos serviços que se possam fazer a nível informático, principalmente as pessoas mais idosas e sozinhas que não conseguem. -----

---- O deputado Gilberto Andrade do PSD questionou o executivo camarário sobre esta situação. -----

---- O Senhor Presidente do Município disse que esta proposta consta do plano de investimento do concelho e no orçamento de 2016 do município e que esta é uma parceria que foi criada com o Governo da República com as autarquias, visando ajudar os cidadãos que tenham menos à vontade com a internet, para efetuar os diversos pedidos online, nomeadamente um pedido de alteração de morada, um pedido de apoio, uma carta de condução, etc. No entanto, este protocolo quando aplicado à RAM, causa alguns entraves, devidos às competências de determinados serviços que são regionais e não centrais. Acrescentou que a Câmara Municipal está a aguardar a disponibilização dos fundos comunitários, para efetuar a candidatura. -----



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

----- O deputado independente Luís Drumond sugeriu que a candidatura descentralizasse estes postos de acessibilidade mais além, pelas diversas freguesias, tendo em conta algumas condições físicas das pessoas e que a Associação do Campanário, que já dá apoio nesta matéria e com horário alargado, também está disponível para receber alguma dessa formação/apoio para prestar esse tipo de serviço.-----

----- O deputado Marco Martins do CDS disse que a Junta de Freguesia do Campanário ajuda no preenchimento do IRS, o que revela uma política de proximidade com a população e que concorda com a descentralização destes serviços, nomeadamente às juntas de freguesia. -----

----- O deputado independente Luís Drumond solicitou esclarecimento se esta proposta de recomendação irá abranger uma descentralização dentro do concelho.-----

----- O deputado Marco Martins do CDS respondeu que não vê sentido em adicionar uma descentralização à proposta, dado que as juntas de freguesias já fazem este trabalho e que o poderá ser feito é dar formação também aos colaboradores das juntas de freguesias, como complemento.-----

----- Colocada à votação, esta proposta de Recomendação "Instalação do Espaço e Loja do Múncipe no Município da Ribeira Brava, apresentada pelo CDS/PP, foi Aprovada por Maioria, registando as abstenções (dezoito) do PSD, PS, PTP e dos dois deputados independentes.-----

----- O deputado Fábio Santos do PS, em declaração de voto, justificou a abstenção por já existir outra proposta para a loja do cidadão e porque as juntas de freguesia e casas do povo já prestam este tipo de serviço. -----

----- O deputado Marco Almas do PTP, em declaração de voto, disse que votou na abstenção porque a proposta seria mais razoável num sentido de descentralização nas freguesias, de forma a ser mas justo e benéfico para toda a população. -----

----- O deputado Gilberto Andrade do PSD, em declaração de voto, disse que votou na abstenção, uma vez que este tipo de trabalho já está a ser efetuado pela autarquia.-----

----- O deputado Marco Martins do CDS, em declaração de voto, disse que não entende o motivo de abstenção do PSD, que alega que a autarquia já está a fazer este trabalho e portanto falta coerência no sentido de voto do PSD, independentemente de quem esteja a apresentar. -----

----- O deputado Marco Martins do CDS apresentou a proposta com o seguinte conteúdo: «Proposta de recomendação Instalação da Loja do Cidadão no Município da Ribeira Brava.-----

----- Ex.mas Sras e Ex.mos Srs, O Grupo Parlamentar do CDS/PP na Assembleia Municipal da Ribeira Brava vem apresentar a seguinte **proposta de recomendação a apresentar à Câmara Municipal da Ribeira Brava para a instalação de uma loja do cidadão no município da Ribeira Brava**, o que o faz nos seguintes termos: A Loja do cidadão constitui um oferta de serviços públicos de grande procura, por parte de alguma dezenas de entidades públicas e privadas, tratando-se, por isso, de um serviço público de característica únicas na Administração



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

Pública Portuguesa, seja pela dimensão e diversidade que assume, seja pela forma de prestação de serviços, em que avulta a existência de um horário alargado, com abertura ao sábado, seja ainda pelos recursos humanos que afeta, salientando-se, neste particular, a existência de um vasto programa de formação, envolvendo áreas tão diversificadas quanto o atendimento do público, a liderança e trabalho de equipa e o sistema de informação. A entrada em vigor da primeira Loja do Cidadão foi precedida da adoção de várias medidas legislativas que vieram conferir enquadramento legal a diversas matérias, seja pela remissão para o regime estatutário da função pública, seja pela adoção de soluções específicas como foram os caos dos postos de atendimento da Direção-geral dos Imposto, da Direção-Geral dos Registo e do Notariado e do Instituto Português da Juventude. As Lojas do Cidadão concretizam o objetivo de inverter radicalmente o anterior paradigma na prestação de serviços públicos, tradicionalmente organizados em torno da oferta. Antes, era, portanto o cidadão que tinha de correr à procura do que precisava em horário nem sempre compatíveis, transportando consigo os papéis de um lado para outro, mas agora a lógica pretende ser a inversa, amiga do cidadão de prestação de serviços públicos. Como tal, nesse sentido, a existência de uma loja do cidadão é hoje uma aspiração legítima para a rede de atendimento de serviços públicos centrada no centro da Ribeira Brava, e que possa servir toda a zona oeste e norte da ilha da Madeira. Permite igualmente uma descentralização dos serviços da cidade do Funchal, poupando aos habitantes dos municípios da Ribeira Brava, Ponta do Sol, Calheta, São Vicente e Porto Moniz, deslocações e gastos desnecessários no tratamento dos seus afazeres face à Administração Pública. Nesse sentido, pelas suas acessibilidades e concertação populacional, pela posição geoestratégica da Ribeira Brava como ponto de passagem obrigatória e ligação rodoviária entre a ponta oeste e o norte da Madeira, a Ribeira Brava é o local ideal para a centralização dos serviços representados numa loja do cidadão ou um espaço do cidadão tendo ainda em consideração o potencial de desenvolvimento que uma obra daquela natureza traria para o Município. Recordamos ainda que, como é do conhecimento público este modelo de concentração de serviços foi inscrito no Programa do atual Governo da República como o «instrumento privilegiado de modernização da rede de atendimento de serviços públicos, o primeiro rosto do Estado na sua relação com o Cidadão», pelo que a presente pretensão enquadrar-se-á num interesse relevante nacional para o efeito, com um custo meramente residual para o Município. Sublinha-se que não existe qualquer interesse em instalar serviços que venham perturbar ou diminuir quantitativa ou qualitativamente as resposta dadas atualmente por aqueles que já se encontram instalados no Concelho, mas que, doutro modo, permitam concentrá-los num espaço dedicado e, assim aumentar e melhorar a capacidade de resposta às necessidades dos cidadãos, sendo que a melhor resposta é efetivamente o modelo da loja do cidadão. Deste modo, o CDS/PP Madeira vem propor que a Assembleia Municipal da Ribeira Brava, no âmbito das suas atribuições, plasmadas no artigo 25º, nº2, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº75/2013, de 12 de setembro, que recomende que a



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

Câmara Municipal da Ribeira Brava que inicie os procedimentos junto das entidades competentes para a instalação no município uma loja do cidadão.»-----

---- O deputado Marco Martins do CDS disse que esta proposta visa disponibilizar serviços a toda a Zona Oeste porque a loja do cidadão é um serviço oficial, com todos os poderes, nomeadamente fazer o cartão de cidadão, gerir conflitos, etc. e que esta proposta também é uma forma de trazer mais pessoas para o concelho e assim incentivar o comércio. -----

---- O deputado Marco Almas do PTP pediu esclarecimentos sobre a competência desta implementação deste serviço, se é por parte do município ou do Governo Regional. -----

---- O deputado Marco Martins do CDS disse que a assembleia municipal recomenda à autarquia, que por sua vez recomenda ao Governo. -----

---- O deputado Marco Almas do PTP disse que estas propostas são «copy past» do que já se faz noutros concelhos e que sendo para abranger vários concelhos, questionou se não seria mais benéfico ser a Assembleia a Regional a propor este tipo de serviço.-----

---- O deputado Marco Martins do CDS disse que foi eleito pela Ribeira Brava e portanto apresenta as propostas que melhor beneficiam o concelho. -----

---- O deputado Fábio Santos do PS disse que, no caso concreto da Ribeira Brava, todos os serviços ficam pertos uns dos outros e portanto não vê benefícios adicionais com esta proposta, a não ser que seja uma loja de cidadão que trabalhe fora de horas. -----

---- O deputado Marco Martins do CDS disse que para a Ribeira Brava todos deveriam querer mais e melhor para todos os munícipes.-----

---- O deputado Gilberto Andrade do PSD disse que todos os eleitos querem o melhor para o concelho, no entanto este tipo de investimento necessário para a loja do cidadão, não compensa.-----

---- Colocada á votação, a proposta de Recomendação “Instalação da Loja do Cidadão no Município da Ribeira Brava”, apresentada pelo CDS/PP, foi Reprovada, registando os votos contra do PSD (doze) e as abstenções do PS (três), PTP e dos dois independentes.-----

---- O deputado Marco Almas do PTP, em declaração de voto, disse que o espaço até poderá ser útil mas questiona se o Governo Regional não irá fechar os restantes serviços para concentrar tudo num único espaço, e caso isso aconteça como ficarão os comerciantes que se encontram à volta desses atuais serviços. -----

---- O deputado Marco Martins do CDS, em declaração de voto, disse que este era mais um serviço para atrair mais pessoas ao concelho.-----

---- O deputado Fábio Santos do PS, em declaração de voto, justificou que deverá haver uma gestão de espaços e serviços, e que criar uma loja do cidadão quando todos os serviços na Ribeira Brava estão próximos, seria mais



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

do mesmo, e para além de que se fala numa concentração de serviços públicos no edifício da antiga Guarda Florestal. -----

----- Os deputados independentes Luís Drumond e Domingos Andrade apresentaram a **PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE AJUSTAMENTOS AO PROJETO DA PRACETA DA “PORTA NOVA”**, com o seguinte conteúdo: «Os deputados independentes da Assembleia Municipal de Ribeira Brava, vêm propor à Câmara Municipal de Ribeira Brava um conjunto de adaptações ao projeto da Praceta da “Porta Nova” no Campanário. O projeto da praceta da “Porta Nova” é antes de mais um projeto de investimento que se saúda, pois é ambicionado há muitos anos, o qual inclusive já teve dois projetos afixados nas ruínas daquelas instalações. Não obstante, a presente iniciativa de lançamento da construção por parte da Câmara Municipal, visto não ser postura comum desta gestão autárquica, a consulta pública das suas intervenções para colher os contributos, ainda que informais, dos cidadãos, merece em nosso entender, nesta fase, alguns ajustamentos de melhoria desta intervenção na freguesia de Campanário. Assim, ouvindo vários residentes locais e cidadãos da freguesia, propomos para recomendação à Câmara Municipal de Ribeira Brava, salvo melhores contributos, alguns ajustamentos à execução do projeto de construção da praceta da “Porta Nova” nomeadamente:- Que o pórtico em cantaria com o escudo Português, típico das construções das Escolas do Plano Centenário, seja mantido onde está atualmente, por ter um bom enquadramento paisagístico e para evitar o risco de danos na cantaria no desmonte da mesma; - Criação de um acesso de viatura ao patamar superior da praceta para eventual apoio a evento ou intervenção necessária, instalando equipamento que impeça o livre acesso; - Atribuir a denominação de “PRACETA DO BOM DESPACHO”, por ser a maior referência da zona e uma denominação mais agregadora de todos os sítios envolventes (Porta Nova, Vigia, Amoreira, Fajã Velha e outros). - Instalar placa memorial junto ao pórtico existente para preservar a memória e identidade da antiga Escola da Porta Nova (salvaguardando deste modo o nome da escola que se pretende dar à praceta), através da colocação de uma placa alusiva ao registo da mesma e homenagem a todos os que por lá passaram na condição de Escola. - Por existir uma cantaria enterrada no entulho da antiga escola, poderia a Câmara Municipal executar o elemento de entrada com recurso a esse material sem correr riscos de danos com o pórtico existente. Numa democracia participativa, os contributos deverão ser tidos como mais-valias para a reflexão e decisão final, pelo que esperamos que esta intervenção no Campanário, além de muito ambicionada, possa ser também uma referência a vários níveis, mas também de cidadania e democracia.»-----

----- O deputado independente Luís Drumond disse que foi com agrado que viu nas redes sociais o projeto para a construção da praceta, obra esta tao esperada no Campanário, e que espera que, ainda este ano, a festa do Bom Despacho se realize já na nova praça. Disse ainda que é um projeto positivo, no entanto efetuou as seguintes sugestões: recomendação para que o pórtico em cantaria com o escudo Português, típico das



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

construções das Escolas do plano centenário, seja mantido onde está atualmente para evitar o risco de danos na cantaria; informou que existe outra cantaria enterrada que poderá ser utilizada no pórtico desejado; garantir o acesso de viatura ao patamar superior para eventual apoio a evento ou intervenção e atribuir a denominação de PRACETA DO BOM DESPACHO, por ser a maior referência da zona e uma denominação mais agregadora de todos os sítios envolventes; preservar a memória e identidade da antiga escola da Porta Nova, através da colocação de uma placa alusiva ao registo da mesma e homenagem a todos os que por lá passaram na condição de Escola, colocando-a no muro junto ao pórtico de cantaria que está erguido. -----

---- Foi efetuado um intervalo de dez minutos, tendo os trabalhos sido retomados às dezasseis horas e quinze minutos. -----

---- Colocada à votação, a proposta de recomendação para realização de ajustamentos ao Projeto da Praceta da "Porta Nova", apresentada pelos dois deputados independentes, foi aprovada por maioria, registando os votos contra do PSD (dez).-----

---- Os deputados Lídia Abreu e José Ornelas do PSD, não votaram por não se encontrarem presentes na sala.--

---- O deputado Luís Pestana do CDS, em declaração de voto, justificou o voto favorável por considerar que são melhorias ao projeto que já vem a ser desenvolvido e espera que a autarquia os tenha em conta, e que também vai ao encontro das necessidades da população.-----

---- O deputado Gilberto Andrade do PSD, em declaração de voto, justificou o voto contra por considerar que um acesso para uma viatura apenas para a festa do Bom Despacho não é uma boa opção, pois nos restantes dias as pessoas irão aproveitar para estacionar o que danificará aquele espaço e que a estrutura em cantaria ficará esteticamente melhor à entrada do que centralmente. -----

---- O deputado Fábio Santos do PS, em declaração de voto, disse que existem melhorias que são aceitáveis e executáveis, nomeadamente no descarregamento de mercadoria em estrada com desnível de quarenta e cinco por cento e que não serão apenas utilizados nos dias de festa. -----

---- Os deputados independentes Luís Drumond e Domingos Andrade apresentaram a proposta «DE RECOMENDAÇÃO À MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIBEIRA BRAVA PARA QUE RECOMENDE À CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRA BRAVA O CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO SOBRE PUBLICIDADE DAS DELIBERAÇÕES DESTE ORGÃO com o seguinte conteúdo: «Os deputados independentes da Assembleia Municipal de Ribeira Brava vêm propor à Mesa da Assembleia Municipal que recomende à Câmara Municipal de Ribeira Brava para dar cumprimento, com efeitos retroativos já a sessão extraordinária da assembleia municipal de 19 de maio de 2016, ao estabelecido na legislação sobre divulgação e publicidade das deliberações conforme artigo 56º da lei 75/2013 de 12 de Setembro. O referido artigo, plasmado no nosso regimento no artigo 41, determina que para as deliberações terem eficácia externa, cumulativamente terão de ser publicados, até trinta dias após a data das



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

deliberações, no site e boletim do Município, bem como, num jornal de publicação regional, situações que até à data a Câmara Municipal de Ribeira Brava, órgão competente para executar estas determinações legais, não tem acatado. Tendo a última sessão da Assembleia ocorrido a 19 de maio de 2016, não tendo decorrido o limite dos 30 dias após as deliberações proferidas nessa sessão, exige-se que ainda estas, sejam alvo da correção de procedimento da Câmara Municipal de Ribeira Brava, para que confirmem eficácia externa às mesmas.» -----

----O deputado Luís Drumond efetuou um voto de recomendação para que a Assembleia e a Câmara Municipal de Ribeira Brava deem cumprimento ao estabelecido na legislação sobre divulgação e publicidade das deliberações conforme artigo 56º da lei 75/2013 de 12 de Setembro. Reprovado com os votos contra do PSD. Disse que na última sessão da assembleia, o facto e não ter havido gravação da sessão com sistema áudio, inviabilizou o referendo que foi a votação. «Questionou quem emite informações para os órgãos de comunicação social sobre as deliberações? Na última sessão extraordinária, quer no DN, quer na RTP, foi deturpada e ocultada as deliberações da AM. O Diário de Notícias omitiu ter havido votação, induzindo que um parecer teria inviabilizado o referendo (falso); Na RTP, nenhum membro da Assembleia Municipal foi para o ar, mesmo com gravação de registos destes, e deu-se imagem à Câmara Municipal, que nesta matéria não tem, nem teve qualquer intervenção ou competência. Reiterada a não publicação por parte da Câmara Municipal das deliberações da AM em órgão de comunicação regional conforme determina a lei. Esta mesa tem exigido a sua publicação?» -----

---- O Senhor Presidente da Assembleia informou que a última requisição referente ao pedido de publicação é do dia 20 de Maio e que não tendo qualquer ação sobre a matéria, poderá averiguar. -----

--- O deputado Luís Drumond questionou se todas as deliberações são publicadas no jornal, desde a última tomada de posse da mesa da Assembleia.-----

---- O Senhor Presidente da Assembleia respondeu que irá verificar essa situação juntos dos serviços camarários e que sempre que é alertado sobre esse tipo de situações, tem sempre o cuidado de o averiguar.-----

---- O deputado Gilberto Andrade do PSD solicitou esclarecimento, sobre este tema, ao executivo camarário.---

---- O Senhor Presidente do Município disse que as decisões tomadas nas reuniões de assembleia devem ser publicadas num jornal regional, e que em determinado tempo, devido aos custos associados às publicações nem sempre foram efetuadas, tendo sempre ciente que as decisões poderiam ser impugnadas, pela sua não publicação, e que esta situação era do conhecimento do deputado Luís Drumond, enquanto presidente da Assembleia, nessa altura. No entanto, e tendo em conta que a situação financeira da câmara está melhor, quer as decisões da assembleia quer as da câmara, tem sido publicadas. Acrescentou que a assembleia requisita o pedido para publicação e a câmara municipal é a responsável pelo pagamento do mesmo. -----

---- O deputado Marco Martins do CDS questionou o deputado Luís Drumond se estava ao corrente desta



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

situação e se concordou com a mesma. -----

---- O deputado independente Luís Drumond respondeu que sempre fez todas as requisições para publicar e confirma a conversa tida com o Senhor Presidente do Município sobre a não publicação de alguma deliberação por motivos financeiros, e que enquanto foi presidente da Assembleia, nunca houve qualquer deliberação publicada. -----

---- O Senhor Presidente da Assembleia disse que entrega sempre duas folhas com as minutas das deliberações aos serviços camarários, uma para arquivo e outra para publicitação, e que a responsabilidade das mesmas é da câmara. -----

---- O deputado independente Domingos Andrade disse que caso as publicações estejam a ser pagas e não estejam a ser publicadas, então deverá ser averiguado. -----

---- O Senhor Presidente do Município disse que é feita a requisição para publicitação e que mediante o pagamento das mesmas, é exigido sempre um comprovativo de pagamento e da sua execução. -----

---- Colocada à votação, a proposta de recomendação foi reprovada, registando os votos contra do PSD (doze).-

----- O deputado Marco Martins do CDS, em declaração de voto, disse que votou favorável, por considerar ser uma mais valia. -----

---- Esgotado o período antes da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia informou que as propostas e as intervenções não apresentadas, transitariam para a próxima reunião: Proposta do PS: Proposta de recomendação à câmara municipal da Ribeira Brava para a recuperação da falésia e abertura da estrada marginal entre a Tabua e a Ribeira Brava; proposta de recomendação à câmara municipal da Ribeira Brava para construção de um pavilhão gimnodesportivo junto da escola básica e secundária Padre Manuel Alvares e Proposta de recomendação à câmara municipal da Ribeira Brava para a asfaltagem de toda a estrada regional que atravessa a freguesia do Campanário – Rua Comandante Camacho de Freitas.-----

---- **Ponto um** – Apreciação da suspensão do mandato da deputada Municipal Catarina Almeida, em conformidade com o disposto no artigo 52º, seção I, do Regimento da AMRB.-----

---- O Senhor Presidente da Assembleia informou sobre a suspensão do mandato da deputada Catarina Almeida do PS dado que em complemento dos seus estudos, não se encontra na Região às Quintas-feiras, dia de reuniões da assembleia.-----

---- Colocada à votação, a proposta de apreciação da suspensão do mandato da Deputada Municipal Catarina Almeida, em conformidade com o disposto no artigo 52º, seção I, do Regimento da AMRB foi Aprovada por Unanimidade.-----

----- **Ponto dois** – Eleição do 2º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal da Ribeira Brava. -----

---- A deputada Teresa Gonçalves do PSD procedeu à leitura da proposta do PSD para eleição do segundo



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

secretário da Assembleia Municipal da Ribeira Brava, com o seguinte texto: «O grupo de deputados do PPD/PSD propõe para Segundo Secretário da Mesa da Assembleia Municipal da Ribeira Brava, o deputado João José Fernandes Ornelas.» -----

-----Colocada à votação por escrutínio secreto, o Deputado José Jorge Fernandes Ornelas foi eleito 2º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal da Ribeira Brava, com o registo de dezassete votos favoráveis; dois nulos; um branco; três contra.-----

----- **Ponto três** – Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara e Situação Financeira, em conformidade com o disposto no artigo 25º, n.2º alínea c) da Lei 75/2013, 12 de setembro.-----

----- O Senhor Presidente do Município informou que para além do documento escrito, é de realçar os dois concursos no âmbito da Lei de Meios, que se encontra em fase de análise: um para recuperação de muros de vedação e guardas nas diversas estradas municipais danificadas no Vinte de Fevereiro, pelo valor base de quatro centos e dez mil, quatro centos e quarenta e cinco euros, outro concurso para recuperação de três veredas de interesse turístico, também danificadas pelo Vinte de fevereiro, com valor base cento e oitenta e cinco mil e duzentos e onze euros. Houve também um concurso para a recuperação da Praceta da Porta Nova, que se encontra na fase de relatório preliminar, com valor base de cento e cinquenta mil, quatro centos e noventa e um euros e lançamento por ajuste direto para a colocação de nadadores salvadores durante a época balnear. A autarquia também está a recuperar a zona do calhau da lapa, com a limpeza da escarpa, bem como o muro e escadas da vereda, com a tradicional calçada, deixando uma palavra de apreço para um grupo de pessoas que se disponibilizaram para construir a ponte sobre o ribeiro. Relativamente ao arraial de São Pedro, o programa é o seguinte: para dia vinte e oito estão inscritos cerca de nove centos participantes nas marchas, dia vinte e nove haverá a tradicional dança de espadas, grupo de concertinas e grupo folclore do concelho e de Pampilhosa da Serra. O programa do São Pedro estender-se-á nos próximos dias, que com a ajuda dos empresários, contará com um cartaz apelativo. A nível financeiro, a autarquia, à data do mês passado possuía uma dívida de seis vírgula quatro milhões de euros, os pagamentos a fornecedores estão a noventa dias, a conta do tribunal de contas de dois mil e catorze encontra-se validada e aprovada e já foi pago a prestação de serviços associada a esta análise. A nível geral tem havido um trabalho contínuo de melhoria, e acrescentou a assinatura dos protocolos com as associações, casas do povo e juntas de freguesias, bem como o apoio a nível logístico, a outras associações e atividades que se realizem no concelho. -----

----- O deputado independente Domingos Andrade, solicitou os seguintes esclarecimentos: **«Pedido de Esclarecimento: Edição n.º 14 da Revista Descobrimdo, revista anual de análise social:** Sendo esta uma revista anual e de análise social de todo o concelho (julgamos nós), vimos solicitar alguns esclarecimentos sobre a mesma, como por exemplo: Qual o valor despendido pela CM com a aquisição de cem exemplares desta revista?



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

Na pag. 56, festividade na freguesia da Ribeira Brava, porque é, que não consta as festividades do arraial de São Paulo, no primeiro fim-de-semana de agosto? Na pag. 87, subordinada ao bordado madeira, mencionam e bem, o nome da Sr.ª Agostinha de Jesus Fernandes e respetivo sítio (Sítio das Fontes), e no caso da outra bordadeira, porque é omissa o sítio da mesma (Lugar da Serra – Campanário), mencionando apenas e só o seu nome, Fátima Lúcia? Nas páginas destinadas Visita as Freguesias, fazem as visitas e muito bem as freguesias de Serra D' Água e Tabua, porque a da Ribeira Brava já estava devidamente divulgada, no entanto, qual o motivo de não terem visitado a freguesia de Campanário? Freguesia essa, que no ano de dois mil e quinze comemorou os seus quinhentos anos de existência, e se outros motivos de interesse não existissem, bastaria mencionar as imensas atividades muitas delas de cariz social realizadas ao longo do ano e assim, divulgarem parte do muito daquilo que foi feito e na revista constar as quatro freguesias. Não deixa de ser curioso e daí a minha admiração com tal facto, o que me leva a perguntar, qual o motivo desse esquecimento/lapso? Ou foi por falta de cabimento orçamental? Outro exemplo, curiosamente situado nesta mesma freguesia é o trabalho social realizado pelo Centro Comunitário do Lugar da Serra ao longo destes últimos anos, não o podiam ter visitado e dar a conhecer tudo aquilo que já foi feito? Ou será que também não pertence ao nosso Concelho? – Na sequência das minhas intervenções nas últimas AM, sobre o licenciamento do aterro, situado no Lugar da Serra e do qual quero deixar bem claro que nada tenho contra, acreditando piamente que as entidades licenciadoras têm total certeza naquilo que fazem, onde incluo o nosso executivo como principal responsável pelo **“dito licenciamento”**, no entanto, registo as contradições onde o Sr. Presidente da Câmara nem sabe ao certo à classificação dada ao local pelo inovar PDM (inclusive depois de consultar os seus serviços), e na reunião de câmara de vinte e oito de abril de dois mil e dezasseis afirma que, **“a remodelação de terrenos já estava licenciado e que apenas foi dada um licença para acabamentos”**, pergunto então por quanto tempo e se essa licença foi passada em nome da empresa AFA e associados? No entanto, nessa mesma reunião o Sr. Vereador Carlos Gonçalves diz o seguinte: **“a munícipe não tem noção que não tem o aterro licenciado”**). Posto isto, e porque é a parte que mais me interessa e logicamente aos residentes quero solicitar, uma vez mais, **esclarecimentos inequívocos**, sobre as medidas/intenções que a CM tem salvaguardadas, e que preconiza tomar no caso da estrada que serve toda a zona alta da freguesia de Campanário ficar degradada por ventura até intransitável devido ao grande e constante movimento de camiões e se nestes casos não seria pertinente aplicar uma caução a quem usufrui deste benefício e com a agravante de trazer todo o tipo de resíduos de toda a Região para o nosso concelho, (esta é a única e grande obra realizada pelo Sr. Presidente até ao momento nesta zona, está realmente de parabéns Sr. Presidente) degradando a respetiva estrada, que no futuro trará grandes transtornos principalmente os ali residentes, (que no passado já sofreram e muito, e pelos vistos, o futuro não será diferente) até porque, todos nós sabemos como está difícil reparar estradas nesta Região? De facto, o nosso executivo não aprende com os



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

constantes erros, porque até temos um mau exemplo dessa mesma empresa que possui um outro estaleiro no nosso concelho que afirmam que é provisório mas que continua a laborar, não tendo os nossos políticos, principalmente os locais, pulso nem capacidade para fazer cessar os mesmos e quando todos classificam por exemplo como uma grande aberração o estaleiro localizado no nosso belo vale, parecendo até, que é de uma coisa do género, que este executivo anda novamente a procura.»-----

---- O Senhor Presidente do Município respondeu que a responsabilidade da revista é da escola Básica e Secundária Padre Manuel Álvares, que pede um apoio à câmara bem como à junta de freguesia para aquisição de algumas revistas, que não tendo presente o custo que representa, poderá averiguar. Relativamente à situação do aterro, existe na câmara um processo para licenciamento de movimentação das terras para um projeto agrícola, que é acompanhado por um técnico responsável, e atualmente está a ser colocado terras, para depois ser possível dar início ao projeto agrícola. A nível das estradas e das cauções, é uma situação que está a ser analisada e ao qual a câmara pretende incluir nos licenciamentos. -----

---- O deputado independente Domingos Andrade disse que não tem nada contra o aterro e que espera que a câmara tenha em atenção a repavimentação da estrada. -----

---- O deputado independente Luís Drumond solicitou os seguintes esclarecimentos: «1- Chegou-nos a reclamação de funcionários ao serviço da Câmara Municipal, em especial vindos do desemprego, mas também do quadro próprio, que exercem as tarefas sem meios de segurança, nomeadamente proteções para os olhos, boca, mãos, isto quando trabalham em obras públicas e manuseiam máquinas como ramonas e outras perigosas.», informação sobre o eclipse energético do calhau da lapa, que motivos levaram a retirar os contadores da luz, e porque não foram informados os intervenientes; «2 – Praias da Ribeira Brava sem estratégia e com opções desajustadas. Praia única no concelho, sendo caso ímpar na costa sul da Madeira, início retardado a quatro de julho (última da RAM) e programação de nadadores salvadores até final de Setembro (a mais tardia da RAM) sem fundamento, pois após o início das escolas a praia desertifica-se. Segue uma tradição sem fundamento, sem estratégia. 3 – Obras num festival “aqui e acolá”, sem fim, sem planeamento e organização, avança, para, altera, etc. 4 – Pagamentos a menos de noventa dias regista-se com satisfação, mas alerta-se para o atraso de cerca de seis meses relativamente a assinatura dos protocolos para com o associativismo. Seria bom recuperar este atraso.»-----

---- O Senhor Vereador Marcelino Pereira respondeu que todos os trabalhadores têm equipamentos de trabalho e que irá chamar a atenção do supervisor, para corrigir essa situação, que deverá alertar o executivo bem como irá estar mais atento a este acontecimento; em relação ao calhau da Lapa disse que o contador retirado é público e não da associação, e que dia cinco de Novembro do ano passado, informou o deputado Luís Drumond que a câmara iria fazer o ofício à Empresa de Eletricidade da Madeira, para retirada do contador enquanto durava o



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

período de obras e ao qual o senhor deputado respondeu que concordava com a ação que a câmara iria tomar. Na semana passada, fomos contactados pela Empresa de Eletricidade da Madeira para cortar a luz, ao qual a câmara informou logo não estar ao corrente. No entanto, só após esta situação ter ocorrido a câmara foi informada que este corte de luz ainda era referente ao ofício de Novembro passado. Em relação às estratégias para as praias, o Senhor Vereador disse que não existe bandeira azul devido às análises feitas no ano passado e que devido às festividades de São João, que geram sempre muito lixo, a câmara optou por abrir a época balnear mais tarde; e em relação à parte das obras, informou que está a ser cumprido. -----

----- O deputado independente Luís Drumond disse que deverão estar atentos à situação dos funcionários, questionou em relação ao corte de luz, dizendo que o espaço do calhau da lapa é um espaço público, e que o que houve foi uma retirada de contador e não corte de energia, qual a posição da câmara municipal em relação ao calhau da lapa no imediato e a longo prazo; quanto às estratégias das praias, existe um bom exemplo das piscinas da Ponta Delgada, com bandeira azul, que a autarquia deveria seguir. Acrescentou também que é mérito da câmara haver pagamento a menos de noventa dias e que o mesmo deverá ser aplicado aos protocolos ao associativismo. -----

----- O Senhor Presidente do Município disse que relativamente aos protocolos, já foi realizado os pagamentos e no caso das associações são pagas em duas prestações, tendo já sido paga uma. Relativamente ao calhau da lapa, referiu que as ligações que existem são ilegais e que a câmara é que paga o contador, para além de outros dois que existem mas privados. É necessário pensar se o município vai continuar a suportar o custo daquele contador, no entanto a câmara tem ciente que o espaço do calhau é um espaço com tradição e acarinhado e portanto não iria mandar retirar o contador sem qualquer fundamento, e questionou quem deverá ter impulsionado aquele «eclipse energético». -----

----- A deputada Adelina Rodrigues do CDS questionou quais são as veredas de importância turística, e em relação às praias, se haverá pretensão de dinamizar o calhau para o lado da Tabua. -----

----- O Senhor Presidente do Município referiu que no ano passado não houve verbas para a recuperação das veredas, no entanto a câmara mostrou intenção de se candidatar à Lei de Meios para este fim; as veredas em questão são a da Eira do Mourão, a da Vara e a do Espigão; e que relativamente à praia da Tabua, não é intenção a abertura da praia da Tabua, sem condições de segurança. -----

----- O deputado Fábio Santos do PS questionou quando é que as empresas que executaram obras, que já se encontram danificadas, irão proceder à recuperação das mesmas, e que é necessário ter atenção ao término da garantia da obra. -----

----- O Senhor Presidente do Município disse que a empresa em questão foi notificada e foi dado um prazo para a sua recuperação. -----



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

O deputado Marco Almas do PTP questionou se houve alguma candidatura a outra praia do concelho à bandeira azul; se foi efetuada alguma análise às águas da praia, e em relação aos parques infantis, porque não foi criado um acesso a pessoas com mobilidade reduzida. -----

----- O Senhor Presidente do Município disse que houve um atraso na conclusão do parque devido ao tempo, por forma a poder aproveitar a borracha no chão, e em relação ao acesso de mobilidade reduzida, será efetuado.

----- O Senhor Vereador Marcelino Pereira disse que a bandeira azul obriga a um conjunto de requisitos necessários, como por exemplo: acessibilidade, mobilidade reduzida, nadadores salvadores, entre outros, que representam um custo de aproximadamente doze mil euros. A praia da Ribeira Brava possui nadadores salvadores e nomear outra praia do concelho à bandeira azul, representaria um custo mais elevado para a autarquia. Caso fosse possível cumprir com todos os critérios noutra praia, claro que seria escolhida. -----

----- O deputado Marco Almas do PTP disse que foi uma questão de estratégia da câmara, só escolher a praia da Ribeira Brava, por ter nadadores salvadores. -----

----- O Senhor Vereador Marcelino Pereira esclareceu que a candidatura à bandeira azul obriga a nadadores salvadores e a praia da Ribeira Brava é uma praia vigiada. Automaticamente a candidatura à bandeira azul nas outras praias, obrigará a ter nadadores salvadores. -----

----- O deputado Ilídio Almada do CDS interveio dizendo que se o contador do calhau da lapa é público então só a câmara poderia requisitar a sua retirada e sugeriu que os gastos do mesmo deveria ser divididos por todos os utilizadores, nomeadamente quem possui as grutas. -----

----- O deputado João Abreu do PS solicitou esclarecimentos sobre: qual a situação das asfaltagens e qual a situação da praia da tabua, nomeadamente relativamente ao mau cheiro. -----

----- O Senhor Presidente do Município respondeu que a estrada regional do concelho em pior estado é entre a Pedra e a Quinta Grande e já tem agendado com o Senhor Secretário Sérgio Marques, uma reunião para solicitar ponto de situação sobre esta estrada e a outras obras, e que a câmara tem tido sempre preocupação em alertar o Governo sobre esta situação. Em relação à ETAR, referiu que esteve com o presidente da ARM no local para alertar sobre esta situação e está a ser realizado um tratamento para eliminar, o cheiro existe e julgo que será do próprio edifício da ETAR e não de esgoto a céu aberto. Acrescentou que existe o compromisso, entre a ARM e a autarquia, para que a saída da ETAR seja efetuada mais à frente. -----

----- O deputado João Abreu do PS reformulou a questão sobre quando estará concluída a ETAR e em relação às asfaltagens, ainda existem muitas dúvidas. -----

----- O Senhor Presidente do Município disse que temos alertado para as diversas situações das estradas e que tomou conhecimento da situação dos três quilómetros através do Diário de Notícias, e que aguarda a reunião com o senhor secretário para obter mais esclarecimentos. Relativamente a ETAR, está a ser averiguado de onde



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

vem o cheiro, em concreto.-----

---- O deputado independente Domingos Andrade mencionou todo o trabalho realizado pela câmara a nível dos parques infantis, que tem sido muito positivo, e que deverá haver intervenções de corrigir estas inconformidades em todos os parques, nomeadamente no Lugar da Serra, e acrescentou que houve mais uma vez uma omissão por parte da câmara em publicar a prova de downhill, realizada pela Associação Desportiva do Campanário. -----

---- **Ponto 4** - A proposta Discussão e votação da Revisão ao Orçamento – Receita e Despesa, em conformidade com o disposto no artigo 25.º, n.º1, alínea a) da Lei 75/2013, 12 de setembro foi Aprovada por Maioria, registando a abstenção do PTP.-----

---- O Senhor Presidente da Assembleia propôs a discussão em conjunto dos pontos quatro e cinco e a respetiva votação em separado, pelo que a assembleia aceitou a sugestão. -----

---- O Senhor Presidente do Município disse que a proposta para revisão do orçamento e do plano plurianual de investimento, tem a ver com o facto de a câmara se ter candidatado a um polo de emprego, sendo necessário contemplar no orçamento as respetivas receitas e despesas decorrente deste polo. Este polo de emprego iniciou-se a um de Junho e decorrerá durante um ano, sendo que o valor que consta no orçamento é respeitante apenas a este ano. As despesas decorrentes serão provenientes da compra de material de escritório e do pagamento salarial da colaboradora, que se encontrava no desemprego. -----

---- Colocada à votação o ponto quatro, a revisão ao Orçamento – Receita e Despesa, em conformidade com o disposto no artigo 25.º, n.º1, alínea a) da Lei 75/2013, 12 de setembro foi Aprovada por Maioria, registando a abstenção do PTP.-----

---- O deputado Luís Almada do CDS não votou, por não se encontrar na sala. -----

---- **Ponto 5** - Proposta Discussão e votação da Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos, em conformidade com o disposto no artigo 25.º, n.º1, alínea a) da Lei 75/2013, 12 de setembro.-----

---- Colocada à votação o ponto cinco, a revisão ao Plano Plurianual de Investimentos, em conformidade com o disposto no artigo 25.º, n.º1, alínea a) da Lei 75/2013, 12 de setembro foi Aprovada por Maioria, registando a abstenção do PTP.-----

---- O deputado Luís Almada do CDS não votou, por não se encontrar na sala. -----

---- O deputado Fábio Santos do PS, em declaração de voto, relativamente aos pontos quatro e cinco, considera que o município deveria ser responsável pelo espaço e a contratação da pessoal deveria ser da responsabilidade de uma secretaria.-----

---- **Ponto 6** – *Debate dos* OBJETIVOS, PROPOSTAS E ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO NA ÁREA DA EDUCAÇÃO E EQUIPAMENTOS ESCOLARES PARA O ANO DE 2016/17 NO CONCELHO DE RIBEIRA BRAVA.-----



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

----- O deputado independente Luís Drumond apresentou a proposta, dizendo que o objetivo é debater sobre OBJETIVOS, PROPOSTAS E ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO NA ÁREA DA EDUCAÇÃO E EQUIPAMENTOS ESCOLARES PARA O ANO DE 2016/17 NO CONCELHO DE RIBEIRA BRAVA, sendo a principal questão a seguinte: a população está a reduzir drasticamente no concelho e cada vez há mais famílias a emigrar, sendo que no ano passado foi o ano com menos nascimentos e a médio prazo a situação não irá se inverter. O deputado Luís Drumond lançou as seguintes questões: «O falado plano de reorganização escolar ao nível dos edifícios escolares, que impacto terá no nosso concelho, que encerramentos estão previstos, que fusões, e que critérios norteiam as opções da Câmara Municipal? Que plano existe para os equipamentos escolares que sejam encerrados? Esta assembleia alertou já no ano passado para a CM estudar um plano. Esse estudo foi feito? Em que consiste? Que opções e soluções e para quando? Quando arranca o concurso para as obras da nova EBSOMA? Agora o caminho já está desimpedido, só depende do Governo Regional? Que soluções estão previstas para a fase das obras de reconstrução EBSOMA? Existe um plano? Qual? A CMRB acompanha este processo e tem sugerido soluções? Quais? As ações sociais da CMRB, para o próximo ano serão as mesmas? Haverá ajustamentos ou novas iniciativas? (apoios nos livros, transportes para visitas de estudo, natação, apetrechamento com equipamentos infantis nas escolas onde ainda não existe, etc.)».

---- O deputado Marco Martins do CDS solicitou esclarecimentos ao executivo, se é verdade que haverá fusão administrativa entre as escolas de São Paulo e São João, se haverá também entre a EP1 do Lugar da Serra e a Corujeira, se haverá o encerramento da Bica de Pau e se haverá uma fusão administrativa entre o infantário O Balão e a EB1 da Ribeira Brava.

----- A Senhora Vereadora Natália Rodrigues esclareceu que neste momento existem nove escolas no concelho em funcionamento, havendo duas delas anexadas, a escola da Bica de Pau e a Sede, e o Lugar da Serra com a Corujeira, e advém do facto de cada vez mais haver menos nascimentos, estas medidas foram levadas a cabo para evitar o funcionamento de diversos níveis de ensino numa mesma sala de aula, em que o sucesso dos alunos é posto em causa, e o propósito do Governo Regional, é evitar este tipo de situação. Em relação ao próximo ano letivo 2016/2017 e de forma a aumentar o sucesso escolar, a câmara reuniu-se com o Secretário Regional da Educação, juntamente com todos os professores das escolas envolvidas, e foi decidido que a escola da sede irá ser fundida com o Infantário O Balão, em que os preços serão uniformizados; a escola de São Paulo será anexa à escola de São João, apenas a nível administrativo e ninguém será deslocado; em relação a escola da Corujeira e do Lugar da Serra, haverá alunos que serão deslocados do Lugar da Serra para a Corujeira e na escola do Lugar da Serra apenas haverá o terceiro e quarto ano e o pré-escolar; a escola da Bica de Pau será encerrada. Em relação a Escola Secundária Padre Manuel Álvares, o concurso irá ser lançado no mês de Julho e até ao final do ano as obras irão para o terreno, haverá a possibilidade de aproveitar a o espaço da escola da



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

Bica de Pau para a deslocalização de alunos da escola da Ribeira Brava.-----

---- Foi efetuado um intervalo de trinta minutos, tendo a sessão sido retomada às dezoito horas e cinquenta minutos.-----

---- O deputado Marco Martins do CDS questionou de quem é a competência de fechar estas escolas, se tiveram em conta o primeiro e segundo ano, e se tiveram em consideração que existem muitas famílias com elementos desempregados e que a deslocalização de alunos para outras escolas, implica custos para os agregados familiares. -----

---- A Senhora Vereadora Natália Rodrigues disse que a reunião realizada foi em conjunto com o representante da educação, os diretores das escolas envolvidas e o delegado escolar. Estas fusões foram analisadas ao nível da Secretaria, tendo sido consultados os intervenientes envolvidos, mas a decisão foi da Secretaria da Educação. Referiu que as competências da câmara são no âmbito da escola primária, a nível do transporte e da manutenção dos edifícios, todas as restantes matérias são da competência do Governo. Importa ressaltar que a decisão de deslocar os alunos para outra escola é dos pais, que podem optar por ir para outra escola. Relativamente aos alunos, houve um caso de um aluno que precisa de cuidados médicos, ao qual a câmara teve em conta esta situação. A câmara tem tido o cuidado de olhar para diversos factos e não só aos números, caso assim fosse muitas escolas já estariam fechadas há mais tempo. Informou também que haverá sessões de esclarecimento sobre esta situação nas diversas escolas e que a proximidade com o seu ambiente familiar e o local não significa o sucesso escolar das crianças e isso é comprovado com o ultimo lugar ocupado pela Escola do Lugar da Serra no ranking regional.-----

---- O deputado Marco Martins do CDS reformulou a questão sobre se a decisão já estava tomada, aquando da reunião realizada e se foi recolhida informação junto dos populares. -----

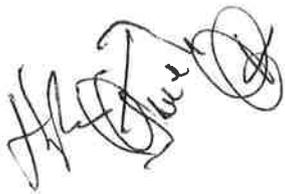
---- A Senhora Vereadora Natália Rodrigues respondeu que a decisão já estava tomada aquando da reunião e que a câmara irá assegurar as despesas com a deslocação dos alunos.-----

----- O deputado Marco Almas do PTP questionou se foi feita alguma vistoria ao pavilhão e que não sendo da responsabilidade da câmara, a autarquia mostrou interesse em averiguar essa situação.-----

---- O Senhor Presidente do Município respondeu que relativamente ao pavilhão, o que foi realizado pela Direção de Edifícios Públicos, foi assegurar a situação das paredes internas que já se encontram presas e existe o compromisso de no Verão, recuperar o pavilhão interna e externamente. -----

---- A deputada Adelina Rodrigues do CDS disse que foi dito que os alunos do Lugar da Serra podem ir para a escola da Corujeira ou outra qualquer, mas não é bem assim porque existem regras para matricular os alunos, nomeadamente se tem mais irmãos na escola, residência familiar e o local de trabalho dos pais. -----

---- O deputado independente Domingos Andrade disse que a escola fecha porque não há alunos e não devido



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

aos rankings e segundo a informação do Governo, a decisão de colocar esses alunos noutra escola caberá unicamente e exclusivamente à câmara, assim sendo questiona quais foram os critérios tidos em conta para deslocar a escola do Lugar da Serra para a escola da Corujeira e não vice-versa e que finalidade vai dar aos edifícios que irão fechar. -----

---- O Senhor Presidente do Município disse que a decisão de fusão das escolas foi da Secretaria e que às Câmaras cabe apenas a gestão dos transportes, e que nunca foi pensado que as escolas deveriam fechar devido à posição que ocupam nos rankings. A Secretaria é que suporta os custos com os professores, no entanto existe um limite para o número de alunos que poderão estar numa sala com dois níveis e que mais do que dois níveis, numa mesma sala não é benéfico para os alunos. Os alunos sempre foram o ponto fundamental para a tomada de decisão e a questão de sociabilização também é importante. Questiona aos deputados se colocariam os seus filhos numa escola com dez alunos, tendo a possibilidade de colocar noutra. A câmara também não se sente a vontade com o encerramento de escolas, que foram um investimento recente do Governo, e neste momento está a pensar em como poderá dar utilidade a estes espaços, por exemplo na escola do Lugar da Serra, seria bom fazer parceria com a Casa do Povo do Campanário e o centro comunitário, para utilizarem aquele espaço e assim dar dinamismo. Caso fosse para fechar escolas em função do número de alunos, a escola do Lugar da Serra e da Bica de Pau já estariam fechadas. -----

---- O deputado Marco Martins do CDS interveio dizendo que nessa reunião chegou-se à conclusão que se a câmara quisesse manter a escola, a câmara teria de assumir esses custos, e depreende-se que então trata-se de uma questão de prioridades, sendo a educação um pilar é necessário ter em conta não só os alunos, o meio onde está inserido mas também os pais e a capacidade financeira do agregado familiar. Tratam-se muitas vezes de zonas de difícil acesso a nível de transporte, por exemplo. -----

---- O deputado independente Luís Drumond disse que a câmara não tem estratégia e vai remendando conforme é possível, e que no ano passado foi alertado para esta situação e solicitado um plano de intervenção por parte do executivo e que nada foi feito nesse sentido. -----

---- O Senhor Presidente do Município disse que o deputado independente Luís Drumond só conhece a palavra estratégia e que existem questões que vão sendo pensadas, tendo em conta as diversas situações. -----

---- Deu-se início ao período de intervenção do público -----

---- A primeira intervenção foi da responsabilidade da cidadã Agostinha Gonçalves Sousa, disse que propõe que a escola de São Paulo continue aberta e que os alunos não sejam deslocados para São João mas sim ao contrário.-

---- A segunda intervenção, foi realizada pelo cidadão Silvestre Fernandes Pestana, referiu que o seu sentido de intervenção é sobre a escola de São Paulo, o motivo de falta de alunos não se justifica porque esta escola acolhe alunos de quatro localidades e considera também que retirar o diretor daquela escola não é uma solução, dado



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

que a figura do diretor é importante para resolver diversas situações. Caso este ano letivo não haja diretor, então no próximo ano a escola poderá mesmo fechar e a população não está nada contente com o fecho da escola. Pediu que fossem repensadas as medidas em prol da população local e que devido a situações de países como a Venezuela e do Reino Unido, poderão os filhos dos emigrantes ser inseridos nestas escolas. -----

---- A terceira intervenção, foi efetuada pela cidadã Zita Pestana Fernandes Silva, que disse que tem duas crianças de quatro e cinco anos a frequentar a escola de São Paulo, e que se deslocarem num transporte sem segurança para outra escola, é muito perigoso e por esse motivo não concorda com o fecho da escola. -----

---- A quarta e última intervenção, foi feita pela cidadã Agostinha Pestana Fernandes, que disse ter duas netas que frequentam a escola do Lugar da Serra e está revoltada com o fecho desta mesma escola e que não tem transporte para se deslocar para a escola de São João. -----

---- Foi lida a minuta das deliberações referente à presente sessão da Assembleia Municipal. -----

---- Colocada à votação, a minuta das deliberações, foi aprovada por unanimidade. -----

---- Não havendo nada mais a tratar, o senhor Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão pelas dezanove horas e trinta e cinco minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que eu, Teresa Maria da Côrte Gonçalves, Primeira Secretária da Mesa, a redigi, escrevi e vou assinar conjuntamente com o referido Presidente e o Segundo Secretário depois de aprovada na próxima sessão da Assembleia. -----

O Presidente da Assembleia

(Horácio Ramos Ferreira)

A Primeira Secretária

(Teresa Maria da Côrte Gonçalves)

A Segunda Secretária

(José Jorge Fernandes Ornelas)